



PROJETO ESPERANÇA: A INTERDISCIPLINARIDADE NA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA EM NOVA CONTAGEM

Bianca de Faria Freire¹

Gualter de Souza Andrade Junior (Orientador)²

Kamille Gabrielle Gomes Grizoste³

Leandro de Moraes Ribeiro⁴

Thiago Luiz Queiroz Ferreira (Orientador)⁵

INTRODUÇÃO: O "Projeto Esperança Nova Contagem" constitui uma iniciativa de extensão universitária da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas – Campus Contagem), destacando-se por sua natureza intersetorial, multiprofissional e transdisciplinar. Embora liderado pelo curso de Medicina com foco na saúde comunitária, o projeto integrou discentes e docentes do curso de Direito com o objetivo de intervir na realidade de alta vulnerabilidade social dos moradores da Rua F, nas Vilas Esperança e Ipê Amarelo. Nesse contexto, a inserção da equipe jurídica visou suprir uma lacuna fundamental na garantia da cidadania: o acesso à justiça. A atuação buscou prestar assistência jurídica gratuita e esclarecer demandas acerca de direitos diversos, fortalecendo os vínculos comunitários e atuando como agente de transformação social. **MATERIAL E MÉTODOS:** A intervenção relatada neste trabalho ocorreu no dia 1º de novembro de 2025, tendo como cenário de prática a Casa de Apoio de Contagem (Unidade Ipê Amarelo), espaço que permitiu a integração das equipes. A metodologia adotada baseou-se em uma dinâmica colaborativa: enquanto o curso de Medicina conduzia palestras e ações educativas voltadas para a saúde, realizava-se simultaneamente a divulgação da presença da equipe do Direito. Os interessados eram direcionados para atendimentos individualizados em salas de aula reservadas, garantindo o sigilo e a privacidade. A abordagem técnica fundamentou-se na escuta ativa e na análise individualizada dos casos, utilizando uma linguagem acessível e adequada à realidade dos assistidos, dispensando formalismos excessivos para assegurar a compreensão plena das orientações. **RESULTADOS**

¹ Discente do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

² Professor do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

³ Discente do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

⁴ Discente do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

⁵ Professor do Curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

e DISCUSSÃO: Durante a ação, foram realizados atendimentos jurídicos que demandaram análise aprofundada das queixas apresentadas. As demandas recepcionadas revelaram a transversalidade dos problemas sociais da região, abrangendo quatro eixos temáticos principais: Direito de Família, judicialização da saúde (com ênfase no acesso a medicamentos), Direito Previdenciário (relatos de descontos indevidos em benefícios do INSS) e regularização de documentos civis. O resultado do atendimento jurídico, pautado em uma abordagem acolhedora e humanizada, foi o fortalecimento do vínculo entre a equipe extensionista e a comunidade. Nos casos em que a orientação imediata não foi suficiente para a resolução do conflito, realizou-se o encaminhamento formal das demandas ao Serviço de Assistência Jurídica (SAJ) da PUC Minas Contagem, garantindo a continuidade da assistência e a busca efetiva pelos direitos pleiteados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A experiência evidencia a importância da integração entre áreas distintas, como o Direito e a Medicina, na promoção da qualidade de vida. Ao levar assistência jurídica a uma comunidade vulnerável, o projeto materializa o princípio da inafastabilidade da jurisdição, preconizado no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988⁶, assegurando que nenhuma lesão ou ameaça a direito seja excluída da apreciação do Poder Judiciário. A iniciativa permitiu uma prática acadêmica sensível e transformadora, aproximando a universidade da realidade comunitária e contribuindo decisivamente para a formação profissional e humanística dos discentes.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Extensão Universitária. Vulnerabilidade Social. Assistência Jurídica. Interdisciplinaridade.

Keywords: Access to Justice. University Extension. Social Vulnerability. Legal Assistance. Interdisciplinarity.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 16 dez. 2025.

⁶ Art. 5º da Constituição Federal de 1988: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.